

A história da Inquisição: judeus na Espanha e Portugal 2011-11-09

Penetrando profundamente em um dos períodos mais escuros da história judaica, faz iluminar o segredo sobre as raízes judaicas

Início da história:

As exatas origens das comunidades judaicas da Península Ibérica não são muito claras. Existem evidências incertas de uma presença judaica na Península Ibérica que datam dos tempos pré-romanos. Referências mais substanciais datam do período romano. Estima-se que a imigração judaica mais substancial, provavelmente, ocorreu durante o período romano da Hispânia, que começou com o desembarque romano em Ampúrias em 218 AC e terminou com a conquista romana da Península Ibérica, a Hispânia, por Caesar Augustus em 17 AC.

Logo após este período, de que forma exatamente os judeus traçaram o seu caminho no cenário deste contexto, é uma questão de especulação. É provável que eles tenham ido para lá nos tempos dos romanos como homens livres para aproveitar os seus ricos recursos. Em todo caso, estes judeus juntaram-se a outros 80.000 judeus enviados para o exílio da Palestina e levados para a Hispania após a derrota da Judéia, em 70 DC. Esses judeus e seus descendentes são conhecidos como "sefaradim" da palavra "Sefarad", que em hebraico moderno significa Espanha.

Visigodos e muçulmanos na Espanha

Nos primeiros séculos da Era Comum (EC), os sefarditas na Espanha enfrentaram as mesmas condições de vida e os problemas que enfrentaram a população em geral. Existem muitas evidências de comunidades judaicas distribuídas por todo o país governado por bárbaros cristãos, onde eles celebraram os seus próprios sábados (Shabat) e festas judaicas, circuncidando seus filhos do sexo masculino, realizando casamentos de acordo com o costume judaico, obedecendo, rigorosamente, as leis alimentícias e até, ocasionalmente, convertindo escravos pagãos ao judaísmo. Durante a guerra com os romanos, que durou 72 anos (409-481), os visigodos não deram muita atenção aos judeus e, por este fato, eles sofreram apenas a os rigores da devastadora guerra. No entanto, quando o rei Recaredo I se converteu ao cristianismo em 586, os judeus se transformaram num grande obstáculo para a unidade religiosa do reino e o ódio religioso em relação aos judeus cresceu e, em consequência, foram promulgadas uma série de leis contra a prática

do judaísmo.

Estas leis foram tomadas ainda com maior rigor por Sisebuto (612-620), que forçou os judeus a se converterem ao catolicismo e, se eles opusessem-se, seriam punidos com uma centena de golpes e eram banidos do país e privados de seus bens. Os sucessores de Sisebuto continuaram com a sua política anti-judaica. O objetivo era manter os judeus dentro da entidade cristã até a perda total de sua identidade religiosa e cultural.

O pesadelo visigodo que durou mais de um século iria acabar com a rápida invasão dos muçulmanos, em 711. Os judeus foram bem-vindos e uma era de paz e prosperidade parecia começar. Os árabes trataram os judeus melhor do que os cristãos tinham tratado, mas a situação estava longe de ser ideal. Os judeus eram rigorosamente tributados pelo privilégio de residir entre os muçulmanos. No entanto, no século X, quando Abd-al-Rahman III decidiu colocar os judeus, como o rabino Chassedialbn Chaprut, que era médico e diplomata, em cargos de confiança, uma Idade de Ouro realmente começou para os judeus na Espanha. A vida judaica foi reforçada por este ambiente tolerante e progressista, que perdurou por várias épocas durante os 400 anos do domínio árabe. Isto iria se modificar drasticamente com o início da Reconquista.

A Reconquista (1212-1492) e judeus na Corte Real (1148-1492)

Até o final do século XI, a Reconquista cristã tinha se acelerado e continuou a se intensificar nos dois séculos seguintes. Os reis católicos exploravam os judeus, usando seu dinheiro para financiar as guerras. Os judeus na Espanha eram os Spaniards (espanhóis), tanto no que diz respeito aos seus costumes e a sua língua. Sepharditas abriram novos caminhos dentro do judaísmo nas áreas da filosofia e do misticismo. Eles trouxeram importantes contribuições não só na interpretação de textos sagrados, com também, em diversos ramos como na legislação, na cartografia, navegação, astrologia, medicina e matemática. Eles possuíam bens de imóveis e eles cultivaram as suas terras com as próprias mãos, ocuparam cargos públicos e por conta própria tornaram-se ricos. Com seus conhecimentos e capacidade obtiveram respeito e influência. Mas essa prosperidade despertou o ciúme do povo e provocou o ódio do clero; a partir do século XIII em diante uma verdadeira campanha anti-judaica foi instigada e liderada pela Igreja.

Os cruzados começaram a "guerra santa" em Toledo (1212), roubando e matando os judeus. Os esforços de Ferdinand III e do clero contra os judeus tornaram-se mais e mais acentuados. Judeus espanhóis de ambos os sexos foram obrigados a distinguir-se dos cristãos, vestindo um distintivo amarelo em suas roupas, uma prática mais tarde adaptada pelos nazistas na Alemanha. O decreto oficial da Igreja emitido pelo Papa Inocêncio IV, em abril de 1250, proíbe os judeus de construir uma nova sinagoga sem permissão especial, proíbe os judeus de se associar com os cristãos, viver sob o mesmo teto com eles, comer e beber com eles, ou utilizar o mesmo banheiro; nem pode um cristão beber um vinho que havia sido preparado por um judeu. Os judeus não poderiam empregar enfermeiras cristãs ou servos, e os cristãos podem usar apenas remédios medicinais que haviam sido preparados por competentes farmácias ou boticários cristãos.

Havia cerca de 120 comunidades judaicas na Espanha cristã por volta de 1300, com aproximadamente meio milhão ou mais de judeus, principalmente em Castela. Catalunha, Aragão e Valência eram menos habitadas por judeus. Por volta desta época, como o anti-semitismo aumentou, a posição dos judeus tornou-se extremamente precária em toda a Espanha. Pogrons e massacres dispersos, bem como a pobreza que os judeus tinham adquirido, levou um grande número de judeus a se submeter ao batismo, a fim de escapar da morte.

Pogrons e conversões forçadas (1391-1506)

Revoltas e tumultos em massa contra os judeus, em 1391, foram consequência de entusiasmados sermões espalhados por toda a Espanha pelo Arcediago Fernant Martinez. Estes tumultos culminaram em sangrentos "pogrons" (massacres) em Sevilha, onde centenas de judeus foram mortos, assim como em outras cidades, como Córdoba, Valência e Barcelona. Judeus desesperados, temendo por suas vidas, se aproximaram da Igreja pedindo para serem batizados em Aragão e Castela, enquanto outros escaparam do reino. Após as perseguições de 1391 havia em Aragão e Castela milhares de convertidos ("Conversos"), ou cristãos novos. Embora alguns tenham se convertido por escolha, a maioria destes Conversos, também chamados de marranos pelos espanhóis (um termo depreciativo para os convertidos que significa porcos em espanhol), comportaram-se como cristãos para o mundo exterior enquanto secretamente continuaram a praticar os princípios da fé judaica dentro dos limites de suas casas.

Por conta de seu talento e riqueza, e por meio de casamentos com famílias nobres, os Conversos ganharam influência considerável e ocuparam importantes cargos governamentais, alguns até reberam títulos de nobreza. Por meados do século XV, o ódio em relação aos cristãos-novos excedeu até mesmo ao ódio em relação aos judeus que ainda seguiam a religião. Os nobres da Espanha descobriram que eles tinham só aumentado as suas dificuldades, exigindo a conversão dos judeus, que permaneceram uma sólida sociedade confiável a sua nova fé, como haviam sido no antes.

Em 1412, foi publicado um decreto obrigando os judeus a viver em um gueto fechado, o Juderías, juntamente com outras restrições com a intenção de humilhar e empobrecê-los. A perseguição dos judeus era sistemática, na esperança de obter mais conversões em massas.

Entre 1412 e 1414 as comunidades judaicas na Espanha passaram por uma nova provação. Um grupo de rabinos foi chamado para a cidade de Tortosa para um debate sobre assuntos de religião e teologia com os cristãos. A delegação judaica, liderada por Nachmanides, chegou à reunião apenas para descobrir que seus candidatos eram apóstatas judeus. Nesta disputa famosa o apóstata Pablo de Santa Maria foi completamente derrotado, mas os franciscanos publicaram falsos relatórios da disputa para ganhar mais convertidos. Nachmanides, que tinha sido protegido contra as leis de heresia durante o debate, foi coagido a publicar suas resistências em público. Ele foi forçado ao exílio, em vez de ser queimado como herege. Após este debate a hostilidade

entre judeus e cristãos se intensificou ainda mais, e resultou no "pogrom Toledo" contra os cristãos-novos, em 1467.

Inquisição e expulsão na Espanha e Portugal:

A frustração da Igreja atingiu seu auge com a ascensão de Fernando e Isabel ao trono. Apesar de um século de hostilidades contra os Conversos espanhóis acusados de heresia, eles mantiveram as mesmas práticas, prejudicando a chamada pura fé católica. Assim que os reis católicos ascenderam seus tronos, foram tomadas medidas para segregar os judeus tanto dos "Conversos" quanto de seus compatriotas. No ano de 1480 se estabeleceu na Espanha a Inquisição, cujo objetivo original era lidar com os cripto-judeus e foi expandida em 1492, ordenando a todos os judeus e muçulmanos a se converter ou emigrar.

Com o estabelecimento do Édito de Expulsão de 1492, os judeus espanhóis encontraram-se diante de um dilema se deveriam ou não permanecer na Espanha. Permanecer na Espanha significaria que os judeus teriam que negar suas crenças e tradições, se converter ao cristianismo e se submeter à fiscalização da monarquia espanhola; fazer o contrário resultaria em tortura e possivelmente à morte. Suspeita de continuar a praticar o judaísmo correria o risco de uma possível denúncia e julgamento, uma grave tortura e, em seguida, ser queimada na fogueira, o que era conhecido como "auto-da-fé". Mais de 13.000 Conversos foram levados a julgamento nos primeiros 12 anos da Inquisição espanhola sob a influência do Grande Inquisidor, Tomás de Torquemada.

A única opção restante era abandonar a casa com apenas alguns pertences pessoais que podiam carregar. O Édito de Expulsão também trazia consigo a apropriação e apreensão pela monarquia de todas as propriedades de terras pertencentes aos judeus.

Com os decretos de expulsão, os judeus espanhóis procuraram países tolerantes, onde poderiam manter a sua identidade. Muitos escolheram o caminho aparentemente fácil para Portugal, onde a língua era semelhante, mas esta escolha foi problemática em outros aspectos: Portugal era um país católico, a Coroa possuía grande influência e de Portugal não haviam rotas de fuga por terra, enquanto os poucos portos marítimos existentes eram rigorosamente vigiados. Outros judeus espanhóis escolheram por divagar no norte da África, onde estariam longe das leis cristãs, pois esses países eram islâmicos. Muitos deles continuaram do norte da África a cidades do Império Otomano e depois para o resto da Europa.

Na verdade, aqueles que tinham optado por Portugal não esperaram muito tempo até que a Coroa portuguesa seguisse o exemplo espanhol e lançasse o seu próprio decreto de "batismo ou expulsão". Em 1497, sob a pressão do recém-nascido Estado espanhol, da Igreja e da população cristã, o rei Manuel I de Portugal decretou que todos os judeus teriam que se converter ao cristianismo ou abandonar o país. Mais uma vez os judeus se viram à mercê de assaltos, estupros e assassinatos, sem qualquer rota de fuga. O resultado foi uma conversão forçada em massa.

Nesta época os judeus em Portugal atravessaram tempos difíceis, com o massacre de 5000 pessoas em Lisboa (1506), a deportação forçada para São Tomé e Príncipe (aonde existe uma presença judaica até hoje) e culminando no estabelecimento da Inquisição portuguesa em 1536 . Como na Espanha, a Inquisição portuguesa estava sujeita à autoridade do rei. Foi dirigida por um Grande Inquisidor, sempre de dentro da família real. Havia tribunais da Inquisição em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. O primeiro auto-da-fé foi realizado em Portugal em 1540.

Inquisição no Novo Mundo:

Na mesma época em que estava ocorrendo a expulsão, a expansão e a colonização do Novo Mundo também ocorreram. Alguns judeus sefarditas se aproveitaram disso e tentaram escapar dos horrores da Inquisição, fugindo para as costas do continente americano. Muitos deles que embarcaram com Cristóvão Colombo em suas viagens eram realmente judeus "marranos" ou cripto-judeus que aproveitaram a oportunidade para abandonar a Espanha. Na realidade, foram as autoridades religiosas católicas espanholas que descreveram os novos judeus convertidos como "marranos", efetivamente classificando seus recém-convertidos "irmãos cristãos", como porcos.

Os judeus sefarditas se encontraram dispersos, vagando para as partes mais remotas do planeta só para receber novamente os horrores da Santa Inquisição espanhola.

O longo alcance do Santo Ofício estendeu sua intransigente perseguição para o novo mundo, dirigido pelas habilidades organizacionais e administrativas de Torquemada e pelo seu zelo pela preservação da fé. Ramificações da Inquisição foram estabelecidas em toda a América espanhola, com o primeiro auto-da-fé no México, realizado em outubro de 1528. Dois tribunais formais Dominicanos foram estabelecidos em 1569, um para a Nova Espanha (México) e um para o Peru. A filial mexicana tinha autoridade sobre a população do México, Guatemala, Nova Galiza e as Filipinas. O tribunal em Cartagena foi fundado em 1610 com jurisdição sobre uma vasta área, incluindo Cartagena, Panamá, Santa Marta, Porto Rico, Popayán, Venezuela, e Santiago de Cuba. A Inquisição portuguesa expandiu o seu âmbito de operações de possessões coloniais de Portugal, incluindo o Brasil, Cabo Verde e Goa, onde continuou investigando e tentando casos baseados em supostas violações da ortodoxia do catolicismo romano até 1821.

Houve uma mudança significativa na atitude do Santo Ofício em relação aos judeus depois de 1665, e uma diminuição na gravidade dos castigos infligidos aos hereges judeus, apesar da Inquisição na Espanha ter continuado até o final do século XVIII e não ter sido oficialmente abolida até 1834, durante o reinado de Isabel II.